



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12889 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES SOB LIMITE DAS PRESCRIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA BNCC

Tamires Barros Veloso - UFPE/CAMPUS AGRESTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Vanessa Azevedo Cabral da Silva - UFPE/CAMPUS AGRESTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Agência e/ou Instituição Financiadora: FACEPE/CNPQ

CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES SOB LIMITE DAS PRESCRIÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DE UMA BNCC

Resumo: Este artigo se inscreve no debate político que problematiza o avanço de um projeto de universalização e homogeneização curricular tanto dos currículos da educação básica quanto dos currículos de formação de professores, tendo por objetivo analisar nas políticas de formação de professores sob limite de implementação da BNCC os sentidos de currículo e docência que se pretendem hegemonizar nos textos políticos da BNC-FI e BNC-FC. A partir da Teoria do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015), analisamos o texto político das duas bases (BRASIL, 2019; 2020), evidenciando que tanto uma base como a outra são construídas com estreito alinhamento com a BNCC, com pretensão de hegemonizar sentidos de responsabilização e autogestão da carreira docente, além disso, demonstra um movimento de centralização e reducionismo da profissionalização de professores.

Palavras-chave: Formação docente; Políticas curriculares; Currículo.

INTRODUÇÃO

Este artigo se inscreve no debate político que problematiza o avanço de um projeto de universalização e homogeneização curricular tanto dos currículos da educação básica quanto dos currículos de formação de professores através do estabelecimento de uma Base Nacional

Comum para a Formação Inicial (BNC-FI) e de uma Base Nacional Comum para a Formação Continuada (BNC-FC) que visa atender, dentre outros sentidos, os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC-EB), restringindo desse modo a formação docente ao limite e função de aplicabilidade das competências e habilidades previstas para educação básica.

Assim, intencionamos com o presente trabalho analisar nas políticas de formação de professores sob limite de implementação da BNCC-EB, os sentidos de currículo e docência que se pretendem hegemonizar nos textos políticos da BNC-FI e BNC-FC. Nessa direção, nos orientamos teoricamente pelo entendimento do currículo como produção político-discursiva que se coloca em negociação, a todo momento, na luta por significação a partir das construções cotidianas realizadas pelos professores na vivência de suas práticas docentes (ALMEIDA *et al.*, 2020).

Na defesa de que o currículo precisa fazer sentido e ser construído contextualmente, atender demandas e necessidades que não são homogêneas (LOPES, 2018), assumimos a Teoria do Discurso em Laclau e Mouffe (2015) enquanto caminho teórico-metodológico que rejeita pretensões universalizantes e homogeneizantes, evidenciando a hegemonia sempre precária e contingente que envolve o processo de produção da política curricular.

Articulado esses sentidos, a política de formação de professores, é significada como terreno instável de produção e reflexão docente que se dá em processos de negociações contínuas (FRANGELLA, 2020), onde os professores se inserem no jogo de disputa, não apenas pela implementação de políticas, mas também pela sua produção, superando a ideia de que seriam apenas executores de um currículo produzido por outros.

METODOLOGIA

O percurso teórico-metodológico se vinculou à Teoria do Discurso (LACLAU; MOUFFE, 2015) que considera a impossibilidade de fechamento último dos sentidos, compreendendo que na análise do social não há distinção entre práticas discursivas e não discursivas, sendo toda prática um discurso e todo discurso uma prática.

A partir disso, analisamos os textos político das BNC-FI e BNC-FC tendo por referência as articulações discursivas que neles se equivalem e se diferem nas disputas por significação de currículo e docência, compreendendo a partir da TD que esses discursos estão inseridos em um contexto histórico e social que demarcou a sua produção discursiva.

Nesses processos, articulação não diz respeito a uma relação de necessidade ou de justaposição, mas que resulta inexoravelmente na modificação das identidades articuladas (MENDONÇA, 2014). Desse modo, atuar com a operação de articulação discursiva como categoria analítica nos possibilitou operar não apenas questionando sentidos instituídos, mas perceber as contingências que tornaram possível a estabilização de certos sentidos curriculares na produção discursiva das bases de formação inicial e continuada de professores.

SENTIDOS DE CURRÍCULO E DOCÊNCIA EM DISPUTAS NAS BASES DE FORMAÇÃO INICIAL (BNC-FI) E CONTINUADA (BNC-FC) DE PROFESSORES

Percebemos no Brasil o avanço da articulação discursiva de um projeto de homogeneização curricular tanto dos currículos da educação básica quanto dos currículos de formação de professores que tem por propósito, operar com uma identidade docente profissional preestabelecida responsável por constituir uma dada identidade no aluno (LOPES; BORGES, 2014).

É importante ressaltar que esse modelo propagado nos processos de políticas nacionais curriculares e de formação de professores brasileiros, como destaca Hypolito (2021), está presente nas marcas discursivas de políticas globais que inscrevem a educação dentro do princípio de uma lógica mercadológica. Dentre as marcas discursivas que tem repercutido localmente, destaca-se a “padronização da educação - que implica tanto em um foco nos desempenhos dos estudantes e das escolas, quanto nas prescrições centralizadas de currículos; [...]” (HYPOLITO, 2021, p. 4). Assim, não podemos deixar de mencionar na análise que estamos fazendo dessas propostas as suas articulações com as reformas políticas neoliberais e neoconservadoras que tem viralizado em diferentes países (LOPES; BORGES, 2014).

Nesse sentido, esses discursos defendem que a forma de garantir a qualidade da educação passa pela implementação da BNCC-EB, demonstrando ser necessário uma formação docente assentada nos seus princípios, tendo por fundamento a noção de competência como foco no domínio e transmissão do conhecimento, como apontado nas primeiras considerações de um dos documentos “Art. 2º A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC [...]” (BRASIL, 2019, p. 2).

É importante ressaltar que a formulação desses textos dentro de um marco temporal entre um golpe de estado e a ascensão de um projeto neoliberal ao poder, na presidência da república, facilitou as vias de aprovação e costura entre essas bases. Assim, ambas as bases de formação apresentam três dimensões fundamentais: “I - conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional” (BRASIL, 2020, p. 2), que na BNC-FI são mais detalhadas em função de explicitar cada uma das intensões, baseada na lógica das competências e com uma ênfase nos discursos mercadológicos das políticas neoliberais e neoconservadoras que se instalaram, provisoriamente, no Brasil.

Os sentidos produzidos em torno dessas dimensões são reducionistas, assim como vinham denunciando os movimentos de profissionais da educação e pesquisadores, como apontam Dourado e Siqueira (2019, p. 295) “o movimento em torno da afirmação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também pode ser considerado determinado tipo de reforma que toma o currículo e o conhecimento como objetos de regulação social e, no caso brasileiro, por meio de reducionismo do processo formativo”.

Esse reducionismo é caracterizado pelas políticas que se articularam em torno de um

documento como centralizador das decisões curriculares, dos processos de formação de professores e “ratificado a partir da defesa de um discurso centrado em competências e habilidades” (DOURADO; SIQUEIRA, 2019, p. 295).

Esse movimento de centralização e reducionismo são marcados na construção de sentidos de Currículo centrados nas competências e habilidades na formação de professores onde a BNCC-EB é tão enfatizada como esse documento central, especialmente no que diz respeito a formação inicial, ela aparece como estruturante nos Art. 6º e Art. 7º da BNC-FI:

Art. 6º A política de formação de professores para a Educação Básica, em consonância com os marcos regulatórios, em especial com a BNCC [...]. Art. 7º A organização curricular dos cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, em consonância com as aprendizagens prescritas na BNCC da Educação Básica [...] (BRASIL, 2019, p. 3-4).

E no fechamento da BNC-FI, há ainda a apresentação da prescrição de revisão dessa base a cada vez que houver movimento de revisão na Educação Básica, ou seja, na tentativa de produção de um projeto neotecnista articulados a princípios neoliberais e neoconservadores enfatizam as lógicas centralizadoras nas políticas curriculares de formação de professores.

Assim, as BNC-FI/2019 e BNC-FC/2020 são construídas com estreito alinhamento com a BNCC-EB, costumam sentidos de responsabilização e autogestão da carreira docente. Isso segue prescrito No Art. 3º da BNC-FC onde visualizamos a construção de um texto que tem forte influência de processos de práticas articulatórias neoliberais e neoconservadores, assim como durante o decorrer de todo o documento e, principalmente, nas matrizes que são trazidas como apêndice.

Nessa direção, identificamos, nos discursos que decorrem a apresentação dessas dimensões tentativas de construção de sentidos de fundamento e centro que surgem com a “insistência em um vínculo imediato entre educação e desenvolvimento econômico, a valorização do caráter salvacionista da educação” (LOPES, 2018, p. 23). Nesse percurso, identificamos os sentidos de responsabilização que surgem acerca da formação docente:

[...] Estas competências profissionais docentes pressupõem, por parte dos professores, o desenvolvimento das Competências Gerais dispostas na Resolução CNE/CP nº 2/2019 - BNC-Formação Inicial, essenciais para a promoção de situações favoráveis para a aprendizagem significativa dos estudantes e o desenvolvimento de competências complexas, para a ressignificação de valores fundamentais na formação de profissionais autônomos, éticos e competentes (BRASIL, 2020, p. 2).

Assim, as competências que a BNC-FC trata, caracterizam a centralização da profissionalização docente em torno da BNCC-EB e durante todo o documento aponta elementos que caracterizam e centralizam a prática docente como a responsável prioritária do desenvolvimento cognitivo dos estudantes, como são tecidas a seguir.

Os incisos derivados do Art. 5º da BNC-FC, que trata sobre a responsabilidade e a competência dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na Política de Formação Continuada atual, expressa alguns princípios

norteadores:

IV - Reconhecimento e valorização dos docentes como os responsáveis prioritários pelo desenvolvimento cognitivo, acadêmico e social dos alunos [...]; V - Reconhecimento e valorização da materialização objetiva do direito à educação dos alunos como principal função social da instituição escolar, da atuação profissional e da responsabilidade moral dos docentes, gestores e demais funcionários [...] (BRASIL, 2020, p. 4).

A construção da BNC-FC traz consigo a construção de sentidos que marca uma temporalidade de centralização e sentidos que produzem a responsabilização dos professores pelo seu processo formativo. Uma vez que, o artigo começa tratando dos órgãos governamentais e segue tecendo sentidos de autogestão da carreira por parte dos professores.

Nos caminhos antagônicos a essas políticas que se instauraram produzindo sentidos reducionistas, centralizadores, de responsabilização e autogestão, há possibilidades de construção e produção de sentidos na coletividade, numa rede colaborativa para e com os professores. Como apontam Lopes e Macedo (2021, p. 6) “é muito mais produtivo intervir nas políticas curriculares por meio da constituição de uma rede intersubjetiva”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciamos, que as BNC-FI/2019 e BNC-FC/2020 são construídas com estreito alinhamento com a BNCC-EB, com pretensão de hegemonizar sentidos de responsabilização e autogestão da carreira docente, além disso, demonstra um movimento de centralização e reducionismo da profissionalização de professores.

Entretanto, baseando-nos na noção de impossibilidade de fundamento e plenitude, questionando a proposta de normatividade para o currículo (LOPES, 2018), evidenciamos a possibilidade de construção e produção de sentidos na coletividade, numa rede colaborativa para e com a formação de professores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucinalva Andrade Ataíde de et al. Práticas curriculares-avaliativas: relações de interdependências no processo de significação. **Debates em Educação**, Maceió, v. 12, p. 431-451, dez. 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/9936>. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de Dezembro de 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 21 mar. 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de Outubro de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=164841-rcp001-20&category_slug=outubro-

2020-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 21 mar. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes. SIQUEIRA, Romilson Martins. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. **RBPAE**. v. 35, n. 2, p. 291 - 306, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/vol35n22019.95407> Acesso em: 21 mar. 2023.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. Formação de professores em tempos de BNCC: um olhar a partir do campo do currículo. **Revista da ANFOPE Formação em Movimento**. v. 2, n. 4, p. 380-394, 2020. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/FORMOV/article/view/611>. Acesso em: 19 mar. 2023.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC. **Revista práxis educacional**, v. 17, n. 46, p. 1-18, jul./set. 2021.

LOPES, A. C; BORGES, V. Formação docente, projeto impossível. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 45, p. 486-507, 2014. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/3065>. Acesso em: 21 mar. 2023.

LOPES, Alice Casimiro. Apostando na produção contextual do currículo. *In*: AGUIAR, Márcia Angela da S. Luiz; DOURADO, Fernandes. **A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas**. Recife: ANPAE, 2018.

LOPES, A. C; MACEDO, E. Uma alternativa às políticas curriculares centralizadas. **Roteiro**, Joaçaba, v. 46, jan./dez. 2021 Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/27181> Acesso em: 21 mar. 2023.

MENDONÇA, Daniel de. A impossibilidade da emancipação: notas a partir da teoria do discurso. *In*: MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. **Pós estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.